

# Amarela: pedágio volta na sexta

Prefeito Marcelo Crivella suspendeu unilateralmente o contrato com a concessionária Lamsa no domingo

A concessionária Lamsa, uma empresa do grupo Invepar, deverá ter sua praça de pedágio na Linha Amarela restabelecida nesta sexta-feira (1º), com a cobrança de tarifa devendo ser retomada a partir da meia-noite.

Cerca de 100 funcionários das empresas do grupo Invepar de todo o país, que se disponibilizaram para colaborar com o time da Lamsa, estão trabalhando na recuperação da estrutura, cinco dias após a demolição feita pelas equipes do prefeito Marcelo Crivella.

A previsão inicial de retomada dos trabalhos em 30 dias foi por conta do cenário de destruição encontrado logo depois da depreciação feita pela prefeitura. Após liberado o local, a concessionária pode constatar a extensão dos danos causados à praça de pedágio, incluindo cabines, câmeras, cancelas, luminárias, portas, estruturas em vidro, equipamentos eletrônicos e sistemas.

Os reparos deverão estar concluídos até o fim de semana, com a substituição dos aparelhos danificados. O trabalho conjunto do grupo multidisciplinar conta com engenheiros, analistas de tecnologia, técnicos de ma-



Cerca de 100 funcionários estão trabalhando na recuperação da estrutura, após as ações da prefeitura no local

nutição e de segurança. O trabalho tem sido realizado em escala pelos colaboradores, ininterruptamente, 24 horas por dia.

No domingo (27), Crivella suspendeu unilateralmente o contrato com a Lamsa e notificou sobre a derrubada das cancelas, a descaracterização das cabines, o

desligamento de energia e a inutilização de câmeras. As medidas publicadas pelo Diário Oficial na sexta-feira (25) garantia a transferência imediata da administração da linha expressa para a Secretaria Municipal de Transportes.

O prefeito alega que, nos 20 anos de cobrança de pe-

dágio na via, passaram por ali 150 milhões de veículos a mais do que o previsto na concessão, causando um prejuízo ao município de R\$ 1,6 bilhão, segundo uma auditoria da prefeitura. Crivella também acusa a empresa de irregularidades, em uma disputa que começou em sua gestão, em 2017. ■

## Projeto para encampação

O prefeito Marcelo Crivella encaminhou ontem o Projeto de Lei à Câmara dos Vereadores que autoriza a encampação, ou seja, a anulação do contrato, da Linha Amarela. O prefeito requer, ainda, a tramitação do projeto em regime de urgência.

O Projeto de Lei se baseia no artigo 37 da Lei de Concessões, que prevê a retomada de serviço durante o prazo da concessão por motivo de interesse público, mediante lei autorizando a decisão e após pagamento de indenização.

Na apresentação do projeto, o prefeito pede que a indenização prevista pela Lei de Concessões seja reconhecida como amortizada, já que a concessionária LAMSA causou prejuízos de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos, valor apurado pela Prefeitura e ratificado pela CPI da Linha Amarela, sem prejuízo da apuração do saldo remanescente a ser devolvido aos cofres públicos.

Análise feita pela Controladoria Geral do Município constatou que a Taxa Interna de Retorno (TIR)

aplicada pela concessionária é de 30,57%, bem acima dos 10,90% previstos no 11º Termo Aditivo, o que comprova que a LAMSA vem obtendo rentabilidade superior à estabelecida contratualmente.

“Diante desse quadro desleal e tão desvantajoso para a sociedade carioca, outra medida não se pode tomar que não seja a retomada da operação e conservação da via, como ato mais solene e majestoso de revogação da exploração do povo pela ganância desmedida e insaciável. É o povo tomando de volta o que é seu”, afirma o prefeito.

Caberá à Prefeitura fixar o novo valor do pedágio. O projeto de lei também autoriza a Prefeitura a contratar empresas terceirizadas que hoje operam na conservação e operação da via, desde que os custos se enquadrem no SCO (Sistema de Custo de Obras da Prefeitura), de forma a evitar a demissão de trabalhadores.

Segundo cálculos da CGM, a tarifa hoje praticada, de R\$ 15, ida e volta, poderia ser em torno R\$ 2, cobrada em apenas um sentido. ■

# Pronto Socorro pode ter paralisação

Entrave sobre quem irá administrar a unidade foi parar na Justiça. Idesp e Prefeitura de SG divergem sobre rescisão contratual

Funcionários do pronto-socorro de São Gonçalo ameaçam parar ainda esta semana caso os salários referentes aos meses de setembro e outubro não sejam pagos. A unidade era administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, da Saúde e Profissional (Idesp), mas segundo a prefeitura o contrato foi rescindido pela direção do órgão na semana passada. A decisão chegou a ser publicada no Diário Oficial e o prefeito José Luiz Nanci convocou a contratação de uma outra OS em caráter emergencial. Das empresas que apresentaram propostas, a Insaúde foi a escolhida. A empresa administra a Unidade Municipal de

Pronto Atendimento (Umpa) de Nova Cidade há três anos.

O entrave foi parar na Justiça. A direção do Idesp entrou com uma ação garantindo que não rescindiu o contrato de gestão e pediu a anulação do ato assinado pelo prefeito.

“O Idesp ratifica que em nenhum momento rescindiu o contrato de gestão e que não fora informado da decisão, bem como fora arrancado da gestão e gerenciamento do pronto socorro. Nenhum dos nossos funcionários foi demitido. Continuamos na gestão”, garantiu o presidente do Idesp, Rui Guilherme de Souza.

Para tentar evitar a paralisação dos serviços, a pre-

feitura acionou o Ministério Público do Trabalho para conseguir uma liminar que autorizasse o município a pagar o salário de setembro. Mas durante a audiência realizada na última sexta-feira não houve acordo e um outro encontro foi marcado para o próximo dia 4. Sem uma decisão, a Insaúde fez uma reunião com os funcionários e realizou o pagamento do auxílio transporte.

“É uma falta de respeito com a gente, que estamos aqui dia e noite, faça chuva ou sol, atendendo a população. Temos os nossos compromissos. Temos colegas que estão com luz e telefone cortados e outros que estão quase sendo

presos por não pagamento de pensão alimentícia. O pagamento saia sempre com atraso, mas recebíamos. Mas agora há muitas interrogações: vamos receber? vamos continuar contratados? quem vai nos indenizar?”, garantiu um grupo de funcionários, entre eles enfermeiros, médicos e pessoal administrativo.

Pelos últimos informes do pronto socorro, o Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, da Saúde e Profissional (Idesp), que administrava a única unidade de urgência e emergência do município que funciona no regime “porta aberta”, contabilizou até agosto a marca de 136.216 pacientes aten-

dimentos. Paralelamente, foram realizados 221.872 exames de sangue, urina e fezes; 5.789 tomografias computadorizadas; 44.082 raio x de cabeça, tronco ou membros; 16.282 endoscopias digestivas e 16.833 eletrocardiogramas.

Desde que assumiu o pronto socorro, há 1 ano e quatro meses, o Instituto realizou na área de infraestrutura, entre outras ações, obras de reforma nas enfermarias de clínica médica, ortopedia, coronariana e de curta permanência; construção de uma nova capela mortuária; conserto do elevador; construção de três consultórios médicos e de outros três para classificação de risco;

intervenção no setor de raio x, com remodelação total do setor; higienização das caixas de água e cisterna; instalação de novos bebedouros e extintores de incêndio; e manutenção corretiva em toda as redes elétrica, hidráulica e de oxigênio. Quinzenalmente, a unidade recebe higienização nas áreas internas e externas.

Nas áreas administrativa e funcional, o Idesp contratou pessoal através de regime CLT (carteira assinada) e PJ para os médicos; aquisição mensal de insumos e medicamentos; aquisição de novas camas, biombos, raio x portátil, ambulância, material cirúrgico; e equipamentos para a enfermaria coronariana. ■

# Prefeitura: Canal do Tibau em pauta

Túnel que faz ligação com Lagoa de Piratininga foi construído pelo Estado há mais de uma década

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, reuniu-se ontem com o presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Carlos Henrique Vaz, para tratar de assuntos relacionados à cooperação entre a prefeitura e o estado na área ambiental, com foco no processo de recuperação ambiental da Lagoa de Piratininga. Outro destaque do encontro foi o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) para a dragagem do Canal de São Lourenço, que está em fase de análise pelo órgão.

O chefe do Executivo explicou que a Lagoa de Piratininga, como todo o sistema lagunar, tem a atribuição de gestão do Inea, mas lembrou que a prefeitura assinou acordo de cooperação com o órgão para auxiliar em ações de recuperação do local.

O estudo ambiental contratado pela Prefeitura verificou os parâmetros físico-químicos do sistema lagunar da Região Oceânica, inclusive na saída do túnel do Tibau, com o objetivo de

chegar, a concentração de oxigênio dissolvido.

O prefeito Rodrigo Neves confirmou ainda que a Prefeitura vai concluir, em novembro, o Projeto Parque Orla, propondo soluções para a despoluição da Lagoa de Piratininga. É um projeto cuja concorrência internacional foi vencida por empresas da Holanda e da França, com expertise da recuperação ambiental.

**Dragagem** – O prefeito e o presidente do Inea também conversaram sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) para a dragagem do Canal de São Lourenço. O estudo foi financiado pela Prefeitura e é um pré-requisito para a realização da obra, que possibilitará a entrada de embarcações de maior porte nos estaleiros já instalados na cidade. Na última semana, o Município realizou uma audiência pública para discutir o EIA/Rima da obra, uma exigência para a concessão da licença ambiental pelo Inea. ■

## Canteiro demolido no Centro

Foi iniciada ontem a demolição do canteiro central da Avenida Marquês do Paraná, no Centro de Niterói. A intervenção realizada pela Prefeitura é necessária para a reurbanização e ampliação da via. As equipes também estão trabalhando na execução da drenagem e demarcação da ciclovia na pista sentido Centro-Icaraí. Além disso, no trecho da Rua Miguel de Frias, em Icaraí, o muro do Clube Rio Cricket está sendo redefinido para a expansão da calçada.

No trecho da Dr. Celestino até a Avenida Amaral Peixoto já foi concluída a drenagem e delimitação da ciclovia. Também foi concluída a drenagem e a base da malha cicloviária em frente ao prédio dos tijolinhos. Os recuos nas calçadas em frente ao Hortifruti também já foram iniciados e a concessionária Enel está executando a realocação dos postes em toda a Mar-



Canteiro central da Marquês do Paraná começou a ser removido

quês do Paraná.

Para minimizar o impacto na mobilidade, a obra está sendo executada em duas etapas. O prazo para conclusão da obra é abril de 2020, no entanto, a entrega da ciclovia foi antecipada para dezembro. O projeto de alargamento da via prevê a implantação de uma faixa exclusiva para ônibus em

cada sentido da avenida, ciclovia bidirecional, parada de ônibus sobre o mergulhão Ângela Fernandes, nos mesmos moldes arquitetônicos das estações da TransOceânica, além de calçadas acessíveis dos dois lados da avenida, novo paisagismo, melhorias na drenagem, iluminação de LED e sinalização para pedestres. ■

## Hospital de Niterói oferece treinamento

O Complexo Hospitalar de Niterói (CHN) oferece hoje, às 13h, o treinamento sobre Suporte Básico de Vida (BLS) e uso de DEA, na Confeitaria Beira Mar, em Icaraí, Niterói.

O objetivo é treinar funcionários de várias instituições, públicas e privadas, gratuitamente, em locais com grande circulação de pessoas – como clubes, academias, shoppings, padarias, terminais rodoviários e de barcas –, em técnicas de Suporte Básico à Vida (BLS sigla em inglês). O curso também inclui treinamento em ações de reanimação em casos de parada cardíaca com manejo de desfibrilador. Além disso, o hospital instala o DEA e se responsabiliza por sua manutenção.

A diretora-geral do CHN, dra. Ilza Boeira Fellows, também enfatizou o papel do projeto. “Como instituição de saúde, é nosso compromisso zelar pela segurança, bem-estar e qualidade de vida dos niteroienses e dos moradores do entorno”. ■